

Brasil quer eliminar CFCs antes do previsto

■ País surpreende na Conferência de Viena sobre Camada de Ozônio por sua posição vanguardista de banir substâncias tóxicas

KIDÔ GUERRA
Correspondente

BRUXELAS — Tradicionalmente visto na Europa como um dos grandes vilões do meio ambiente, sobretudo quando o assunto é a destruição de florestas e emissão de gases na atmosfera, o Brasil surpreendeu na Conferência de Viena, que acabou ontem, com um posicionamento até mesmo de vanguarda, ao afirmar sua disposição em aplicar um avançado programa de

substituição das substâncias que destrõem a camada de ozônio.

A delegação brasileira em Viena anunciou que o país estará à frente de todas as metas de redução e eliminação dos "inimigos do ozônio" fixadas na conferência, que prevêem para até o fim do ano 2000 a substituição total de CFCs (os clorofluorcarbonos) na fabricação de equipamentos de refrigeração e aparelhos de ar condicionado. Apontados como principais responsáveis pelo buraco de ozônio na

atmosfera, os CFCs ainda poderão ser aplicados nos países em desenvolvimento até 2010.

No que diz respeito aos HCFCs (os hidroclorofluorcarbonos), a posição brasileira em Viena também foi a de apoiar a proposta mais restritiva em discussão, congelando o uso dessas substâncias já a partir de 2006. A conferência decidiu adotar a proposta mais flexível, defendida com vigor pelos EUA, que prevêem a limitação dessas subs-

tâncias apenas a partir de 2016 com base na produção de 2015 e eliminação completa só em 2040.

Os EUA e as grandes multinacionais fabricantes e consumidoras de substâncias prejudiciais à camada de ozônio foram os grandes vencedores da conferência. O que não chega a surpreender, levando-se em conta os altos custos que envolvem a produção e comercialização dessas substâncias, além de sua substituição. Só o programa brasileiro de substituição dos CFCs por gases

como isobutano ou HFCs (sem molécula de cloro) está orçado em US\$ 900 milhões.

Segundo a organização ambientalista Greenpeace, o encontro acabou permitindo o aumento das vendas de HCFCs e do pesticida brometo de metila aos países em desenvolvimento por vários anos a mais do que o inicialmente previsto. A posição do Brasil, que importa o brometo para culturas agrícolas no Nordeste, é de congelar seu uso a

partir de 1997, cinco anos antes do prazo estabelecido em Viena.

"Em geral, adotamos prazos e uma postura mais avançada do que a de vários países industrializados", disse ao **JORNAL DO BRASIL** o chefe da delegação brasileira na conferência, o diplomata Dayrel de Lima. "Há no Brasil outras formas de degradação ambiental difíceis de controlar, mas no que diz respeito à camada de ozônio, mostramos ser o mais vanguardista de todos os países presentes em Viena", afirmou.

13
9/12/95
9